

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 9 DE JUNHO DE 2015

NÚMERO 6.835

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVACÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 031ª Sessão Ordinária realizada em 22/04/2015..... 2</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... 10 ..... 10 Aviso de Publicação..... 11 Extratos..... 11 Portarias..... 11 Projetos de Lei..... 14</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## P L E N Á R I O

# ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2015

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Ricardo Guidi - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, todos que se fazem presentes, pessoas que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Quero falar algo bastante dolorido para todos nós do oeste de Santa Catarina e que tem sido objeto de divulgação desde a última segunda-feira, quando tivemos dois tornados na região oeste que atingiram as cidades de Xanxerê e Ponte Serrada.

Eu presenciei essa tragédia ontem, pela manhã, quando estive no município de Xanxerê visitando, conversando com os moradores. Fiquei a manhã toda por lá, conversei com as autoridades, com representantes da Defesa Civil e com o prefeito municipal. Também conversamos com o deputado e presidente desta Casa, Gelson Merisio, no sentido de primeiro estabelecer a nossa solidariedade humana que é fundamental nessas horas, precisamos estar perto da dor e do sofrimento para entender como contribuir para melhorar a situação dessas famílias.

Também gostaria de mostrar as fotos, algumas feitas por nós, pela nossa assessoria do mandato; outras, pela imprensa da região de Xanxerê.

(Procede-se à exibição das fotos.)

Pela foto vemos que o tornado pegou uma faixa de seis bairros. Foram três mil casas atingidas. O ginásio totalmente destruído, duas mortes, três amputações, mais de 120 feridos, sendo que 21 permanecem internados em estado grave.

Podemos verificar a situação das casas daqueles que não perderam totalmente a

sua residência, mas por onde o tornado passou as pessoas tiveram suas casas parcialmente destruídas.

Também nas fotos vemos veículos, caminhões e camionetes totalmente levantados pelo tornado, jogados no meio de rua, casas inteiras retiradas do lugar.

Temos uma foto de loja de material de construção totalmente destruída, mas não parece uma loja de construção, mas um ginásio.

Também, como mostra a foto, estive na frente de uma casa que foi retirada do lugar.

Algumas empresas e pavilhões foram destruídos totalmente e há também o problema da falta de luz ocasionado pela grande quantidade de postes de energia elétrica arrancados pelo vento, sendo que não consegui contar todos os que estavam no chão, em cima das casas, sobre os carros. Não dá para imaginar a gravidade. E confesso que a tragédia poderia ser muito maior pela gravidade da situação que nós encontramos.

A Defesa Civil confirma prejuízos de mais de R\$ 45 milhões em Xanxerê com o tornado, sendo que em Ponte Serrada foram 200 casas atingidas, como também em Passos Maia.

Nós temos tanto prejuízos econômicos públicos como também danos materiais. Somente em locais públicos o prejuízo passa de R\$ 12,6 milhões, com habitação, geração de energia, água, limpeza

urbana, segurança pública, comunicações, creches, escolas que foram ao chão, empresas, indústrias, prejuízos na agricultura, na pecuária etc. Quase 100% da rede de energia, neste momento, já está normalizada, mas falta ainda a água no município que precisa ser restabelecida.

Ao olharmos toda essa situação ficam várias questões no ar, que é a dificuldade que temos de saber como lidar com essa situação. E as autoridades, que estavam lá envolvidas, como a Defesa Civil, as polícias Militar e Rodoviária, a Polícia Civil, todos dizem que temos que fazer um trabalho com os municípios justamente para saber como agir neste momento. A população não está preparada para situações como esta. E para termos uma ideia as viaturas que prestavam socorro não tinham combustível para atuar emergencialmente.

O governo federal, através do ministério de Integração Nacional e do ministério de Trabalho e Emprego, mobilizou-se para apoiar as famílias. Ontem mesmo o ministro da Integração Nacional anunciou mobilizou uma tropa de 100 homens do Exército para ajudar na remoção dos escombros e na limpeza da cidade. O próprio ministro Gilberto Occhi esteve na região e acompanhou de perto a situação. Também o ministério do Trabalho e Emprego garantiu a liberação do fundo de garantia para que as famílias atingidas possam reconstruir o mais rápido possível o que foi destruído. E o Exército trabalha na distribuição de cestas básicas, kits de cobertores, água, material de limpeza, travesseiros e colchões para as famílias atingidas.

A expectativa, srs. deputados, é que se leve de seis meses a um ano para a reconstrução do município de Xanxerê.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Eu não poderia deixar de fazer o aparte, pois o que vivenciamos na região que sofreu essa grande catástrofe nos leva a pedir a solidariedade, o empenho de todos os órgãos. Creio que a resposta emergencialmente aconteceu dos órgãos estaduais, federais e municipais no auxílio rápido, mas que ela permaneça, que essas ações prorroguem-se até o restabelecimento, pelo menos material. Quanto às vidas perdidas deixamos a nossa solidariedade e registramos esse momento de profunda tristeza que Xanxerê, Ponte Serrada e entorno, lá do oeste, viveu, infelizmente, nas vésperas do feriado de abril.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

Pois não, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Eu acredito que a abordagem da sessão, hoje, será esse assunto. Esse é um momento de solidariedade, foi bom ver a pronta ação do governo estadual, federal, dos municípios, dos prefeitos, dos vereadores, da Defesa Civil, dos bombeiros e outras entidades, mesmo sem saber o que era necessário procuraram providenciar água, colchões e o que é emergencial.

É um momento em que a solidariedade tem que ser mais forte do que qualquer questão partidária, de órgão, estado, município, União, é importante o trabalho conjunto. Mas acho que todos irão falar sobre esse assunto hoje e essa aí é a abordagem dada por v.exa.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu acho que as manifestações,

tanto do deputado Maurício Eskudlark quanto do deputado Neodi Saretta, demonstram o nosso carinho, a nossa solidariedade e o nosso envolvimento no sentido de unir os entes federados, municípios, estado e União para que possamos conjuntamente nessas horas atuar em prol da população do oeste.

É por isso que eu, mesmo sendo uma parlamentar do PT, estive ontem numa administração do PSD, porque nessas horas não tem sigla, o que temos são seres humanos numa situação difícil precisamos nos solidarizar.

Quero fazer uma última consideração.

Além da solidariedade quero agradecer a imprensa que está fazendo esse papel bonito no estado inteiro, pedindo doações, divulgando, pedindo ajuda, tanto financeira como de materiais de construção, de colchões, de roupas. E também quero constar que com toda essa solidariedade humana podemos produzir resultados extremamente positivos neste momento. Precisamos aprender com esta situação. E como falava anteriormente, a Defesa Civil, em conjunto com os órgãos responsáveis precisam fazer um trabalho de formação e de preparo da nossa população, tendo em vista que na região oeste já é segunda vez que isso acontece. Tivemos a mesma situação no município de Guaraciaba. Segundo a própria Defesa Civil e os órgãos que trabalharam na meteorologia do estado, estamos numa faixa de risco.

Então, precisamos preparar a população.

Por último, quero reivindicar a instalação do radar meteorológico no oeste, uma vez que o único radar que se encontra, além de não estar em funcionamento, está num raio de 200km. Portanto, não chega no oeste, mas em apenas 77% dos municípios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Esta Presidência gostaria de prestar solidariedade ao povo de Xanxerê, Ponte Serrada e a todo o grande oeste por esta catástrofe. Nós que representamos todo o povo catarinense haveremos de envidar todos os esforços em nome da Assembleia Legislativa para que, através dos nossos mandatos, possamos fazer com que os governos municipal, estadual e federal agilizem o mais rápido possível o atendimento às vítimas dessa tragédia.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas, srs. deputados, querido amigo presidente.

O tema que trago a esta Casa diz respeito à Petrobras, que tanto foi discutida e comentada aqui por vários parlamentares. Porém, hoje vou abordar a unidade de Itajaí, que fica em Santa Catarina.

Na tarde de sexta-feira, dia 17, recebemos a notícia de que a Petrobras confirmou o fechamento da unidade de operações e exploração e produção sul na cidade de Itajaí.

De acordo com informação oficial, sr. presidente, da companhia, será criado na cidade o ativo de produção sul. Embora a empresa não tenha informado detalhes, a unidade deve ser um posto avançado de operação com efetivo reduzido.

Essa notícia, sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, foi péssima para o sul do Brasil, para Santa Catarina e principalmente para Itajaí e região da Amfri. Já tentaram fechar esta unidade no passado, mas uma grande mobilização popular impediu que isso acontecesse. Em fevereiro de 2002 os empregados receberam a notícia de que a antiga unidade sul seria incorporada pela

unidade Rio. O anúncio se confirmou, mas começava a luta pela retomada da unidade de Itajaí. A sociedade catarinense mobilizou-se para manter a unidade de Itajaí. A campanha ganhou nome: Diga Sim à Petrobras. Sob este mote foram realizados vários protestos, adesivos, faixas, cartazes, abaixo-assinados, foram confeccionadas inúmeras faixas e distribuídas por todo o município e região. Políticos, associações, sindicatos, estudantes e entidades da sociedade civil organizada saíram em defesa da unidade. Queria, certamente, entender agora os reais motivos para o fechamento que não foi divulgado pela empresa. Se confirmado o fechamento da unidade de operações de exploração e produção sul terá reflexos diretos na economia da região. Até o ano passado a unidade correspondia a uma produção diária de 73 mil barris de Petróleo em Santa Catarina. E era a quinta unidade em volume de operação no país, à frente, por exemplo, de unidades no Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará. Um negócio de US\$ 7,5 milhões por dia, movimentado pelo Navio Plataforma FPSO, cidade de Itajaí, que tinha pico de produção previsto para este ano. Este valor certamente serviria muito para o país, para a nossa região e para a nossa economia. O valor estimado do ISS a ser arrecadado até fevereiro de 2002, só para o município de Itajaí, seria mais ou menos de R\$ 4,6 milhões, o que corresponde a 2% do saldo do contrato dos serviços.

Em Itajaí, além da sede administrativa, a unidade de operações de exploração e produção sul possui frentes de trabalhos no Porto de Itajaí, no Terminal Teport e um centro de defesa ambiental.

Também atua no aeroporto de Navegantes de onde pousam e decolam voos em direção à plataforma.

Nos bastidores ainda se discute se a saída teria motivos técnicos ou políticos. O fato é que segundo os últimos dados divulgados pela Petrobras, a unidade de operação e exploração de produção sul é a quinta em volume de produção no país e tem a melhor relação entre o número de funcionários e o rendimento nas unidades operacionais.

Extraoficialmente, as informações são de que, pelo menos por enquanto, a mudança não deve interferir na base de rebocadores montada na região e nem na movimentação de aeronaves no aeroporto de Navegantes, aonde chegam mais de 400 voos no ano em direção às plataformas.

O fechamento também prejudica o curso de graduação em Engenharia do Petróleo da Udesc, curso que criamos em função da própria Petrobras, em Itajaí.

Conversamos recentemente nesta semana com a professora Maria Ester e com o professor Luiz Égele da Udesc de Balneário Camboriú para discutir formas e alternativas para ajudar a reverter a decisão da Petrobras.

Os empresários de Itajaí estão mobilizando-se para tentar reverter o fechamento a unidade de exploração e produção sul, que a partir de 1º de maio passa a funcionar na cidade com uma estrutura reduzida, subordinada à unidade da bacia de Santos.

Estamos atuando fortemente na tentativa de aglutinar junto com tantas pessoas políticas, empresários, setores organizados, para ajudar a reverter a situação.

Estou agendando reuniões. E se possível com o governador Raimundo Colombo e com o governador do Paraná, Beto Richa, porque essa unidade é do sul, deputado Dr. Vicente Caropreso, e ela prejudica fortemente o sul do país, também o Rio Grande do Sul, mas prejudica muito mais Santa Catarina e o estado do Paraná.

Vou sugerir aos Fóruns Parlamentares do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que se unam, criem forças para que

juntos possam também se envolver e impedir que seja tirada essa unidade de nosso estado.

Nós requeremos ao presidente deputado Gelson Merisio, que vai justamente colocar em votação aos srs. deputados, para fazermos uma audiência pública em Itajaí junto com a câmara de vereadores de Itajaí, com o prefeito de Itajaí, com o setor organizado, com os empresários, com a sociedade, com os empregados e, se possível, trazer os representantes da Petrobras para que possamos discutir quais realmente foram os motivos de tentarem fechar essa unidade da Petrobras em nosso estado.

Falamos com o Glauco Corte, presidente da Fiesc, com o governador Luiz Carlos, que presidente a câmara de Itajaí e representa os srs. vereadores.

Falamos com o prefeito Jandir Bellini e com outras pessoas ligadas ao setor para que todos possam mobilizar-se e atuar em defesa daquilo que conquistamos a duras penas porque Santa Catarina não pode pagar o preço pela crise da Petrobras neste momento em nosso país.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Obrigado pelo aparte, deputado Leonel Pavan.

Realmente tivemos duas notícias extremamente preocupantes para Santa Catarina na última semana.

A primeira é essa desgraça, esse acontecimento em Xanxerê, região oeste do estado, que envolveu outras cidades e trouxe perda de vidas e um rastro de destruição.

A segunda notícia é que parece que a Petrobras está perdendo o rumo, pois retirou uma unidade altamente produtiva, uma das mais produtivas por número de funcionários. Parece-me que a produtividade não interessa a essa gente. Retira do nosso território uma unidade extremamente importante ao desenvolvimento social e econômico do país.

Tão logo soube, comuniquei o ocorrido ao senador Paulo Bauer para que este, juntamente com o deputado Mauro Mariani, que hoje é o presidente do Fórum Parlamentar, em Brasília, para que eles tomem as devidas providências e tentem reverter a situação sem causar muita repercussão nos estados do sul e em defesa dos interesses do nosso estado.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Para completar, sr. presidente, nós também conversamos com o presidente do Fórum Parlamentar em Brasília, deputado Mauro Mariani, e ele irá convocar os demais fóruns de outros estados do nosso sul para que possamos nos unir e criarmos forças.

Estou mandando um ofício, com a assinatura dos 40 deputados, se possível, se todos puderem assinar, pois esse não será um documento do deputado Leonel Pavan, mas um documento da Assembleia Legislativa, assinado por todos os deputados, solicitando à presidente Dilma Rousseff, à Casa Civil, a todos os setores responsáveis que estão à frente desse processo, que Santa Catarina não seja prejudicada.

Será uma moção de autoria da Assembleia e todos terão os seus nomes registrados, porque Itajaí precisa muito do nosso trabalho, da nossa força, dos parlamentares e de toda a classe social e política de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Quero saudar o brilhante pronunciamento do eminente deputado Leonel Pavan, e também em nome da Presidência dizer que esta Casa tem que fazer a sua parte para sensibilizar a diretoria da Petrobras, para que mantenha em nosso estado esse escritório.

Dando continuidade às Breves Comunicações, convido o eminente deputado Dr. Vicente Caropreso para fazer uso da palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados. Eu venho hoje falar sobre o 2º Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância. Estaremos presente por algum tempo hoje em Forquilha, para participar de importante debate sobre políticas públicas, seminário que atua no ramo das boas práticas, vamos dizer assim, para a faixa de crianças de zero a seis anos.

E quem está por trás disso tudo é o nome de uma grande brasileira, é a dra. Zilda Arns. E quando se fala neste nome e sobrenome a nossa memória se remete ao passado, à importância que esta grande médica e brasileira teve no programa chamado Pastoral da Criança, na introdução de um grande trabalho de saúde pública que ela fez nos anos 90 e início do ano 2000.

A dra. Zilda Arns foi uma grande companheira na época do ministro José Serra que sempre dizia: "Eu não sou nada, os programas dependem muito dessa grande parceira e médica que teve essa visão social, que poucos brasileiros tiveram."

Então, quando se sabe, se entende e se lê sobre toda essa trajetória de vida, e analisando hoje a situação que o Brasil passa, como presidente da comissão de Proteção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, vemos nas práticas da dra. Zilda Arns, uma saída e grande resposta da nação, da sociedade organizada para se colocar à frente de situações como delinquências, de abuso, de gravidez precoce, enfim, para preparar pessoas nessa faixa etária de vulnerabilidade, que por si só são vulneráveis, pela infância, pela juventude, pela adolescência e que possam ficar fora do caminho do mal, do caminho contrário ao que a lei preconiza.

Hoje vou participar desse grande debate, da abertura desse seminário, e estamos torcendo muito para que esses bons exemplos possam ser copiados no Brasil e, principalmente, em nosso estado.

A comissão que presido fará ainda este ano uma seleção de boas práticas de apoio à infância e à adolescência. E não tenho a menor dúvida de que a educação em tempo integral associada a comunidade empenhada em fazer bons projetos, como o da Fiesc e tantos outros de outras entidades, das prefeituras, é o caminho ideal para se apostar no futuro do Brasil, e para não se apostar nessas instituições que são verdadeiras prisões, os Case - Centro de Atendimento Socioeducativo. Eu tive a oportunidade e a infelicidade de visitar essas instituições recentemente em Joinville e em São José.

Nessas instituições há pessoas trancafiadas, sem nenhuma prospecção, com raros exemplos para poderem se reintegrar à sociedade.

Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu vejo com preocupação essa polêmica colocada pelo deputado Leonel Pavan. Nós recebemos, através de um engenheiro que trabalha na Petrobras, a preocupação, não apenas com o seu emprego, mas, acima de tudo, com a grande repercussão social e econômica de Itajaí e do estado, porque isso representa um polo de desenvolvimento de estudo, de prospecção e de muitas coisas que são ligadas a esse ciclo produtivo, a essa corrente, a esse elo de produção do petróleo.

Para nós é de fundamental importância que Santa Catarina ainda seja o grande centro de atenção com esse ponto de exploração partindo do porto de Itajaí. Tão logo soube, comuniquei o fato aos colegas de Brasília, ao Paulo Bauer, ao Mauro Mariani e também à imprensa de nosso estado.

Eu acredito que o poder público estadual deve se fazer presente, deve se colocar de maneira ativa e ter um olhar que os brasileiros estão tendo de desagregação dessa grande empresa, ou que era uma grande empresa, chamada Petrobras. Então, são dois assuntos importantes, de relevância, um de aspecto social e o outro econômico, por isso, registramos nesta tribuna essa preocupação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu agradeço a manifestação do eminente deputado Dr. Vicente Caropreso.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Antônio Aguiar por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, presidente em exercício, sras. deputadas, srs. deputados e comunidade catarinense. Este é um momento de reflexão, porque mais uma vez tivemos um tornado no estado de Santa Catarina, nos municípios de Xanxerê e Ponte Serrada.

As providências, sem dúvida nenhuma, foram tomadas, tendo em vista as presenças do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, na sua terra natal - o primeiro parlamentar a visitar Xanxerê - também a solidariedade do governador do estado, Raimundo Colombo, também o ministro representando o governo federal e o Exército cuidando das famílias. Até o dia de hoje já temos 1.447 mil famílias cadastradas por essa catástrofe.

Eu falo isto porque na nossa infância fomos vítima de um tornado na região de Canoinhas, onde também houve vítimas e outras grandes proporções materiais como aconteceu no município de Xanxerê.

Mas hoje também quero falar sobre a presença do secretário de Infraestrutura, João Carlos Ecker, na reunião do PMDB que, com propriedade, relatou como está a secretaria de Infraestrutura de nosso estado.

Esperamos que a Cide, imposto sobre combustíveis do governo federal, venha para a secretaria de Infraestrutura e que, efetivamente, essa secretaria possa colaborar com os municípios e com obras necessárias no estado de Santa Catarina.

Hoje temos no Orçamento R\$ 2,70 bilhões para o gasto da secretaria de Infraestrutura com obras no estado, pois as obras que acontecem no nosso estado são de relevância e de muita importância. O plano norte já tem várias obras, algumas até com inaugurações previstas, como as obras de Porto União e de Santa Cruz do Timbó, que são muito importantes.

E no dia 24 de abril comemoraremos, deputado Sílvio Dreveck, a emancipação político-administrativa de Rio Negrinho, e estamos trazendo um grande presente para aquela cidade: a inauguração da obra de Volta Grande, que custou mais de R\$ 40 milhões para os cofres do governo do estado, uma importante obra para a nossa região que vai completar um ciclo de integração rodoviário no planalto norte.

E será anunciado também brevemente pelo governo o ciclo da SC-447, uma rodovia importante para a integração do planalto norte com o alto vale do Itajaí. Só para termos ideia a vinda do asfalto nessa região significa a economia de 100 quilômetros de distância da integração do planalto norte com a nossa capital, Florianópolis.

Portanto, os carros, os caminhões, todo o transporte vindo do oeste de Santa Catarina terá o benefício de 100km a menos fazendo esse asfalto que liga o alto vale do Itajaí ao planalto norte.

Temos certeza que no dia 24 de abril, sexta-feira, teremos uma grande inauguração na cidade de Rio Negrinho, onde o prefeito

Alcides Grohsfopf e o vereador Nicoleti e outras autoridades, o secretário Abel Shoreoeder, de Mafra que também estará presente e vamos fazer sem dúvida nenhuma uma grande inauguração no planalto norte, obra que foi reivindicada há tempo pelo deputado Antônio Aguiar, pelo deputado Mário Mariani, políticos da região que fizeram esse pedido para o ex-governador Luiz Henrique da Silveira. Esta obra está sendo concluída e será inaugurada no dia 24 de abril pelo atual governador do estado, Raimundo Colombo.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, quero hoje agradecer a oportunidade e dividir o tempo do partido com o deputado Maurício Eskudlark, mas queria, primeiramente, fazer o registro de uma região onde estivemos há pouco, juntamente com o deputado Ismael dos Santos e com o presidente Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina, para garantirmos, srs. parlamentares, a liberação de R\$ 600 mil para que Blumenau continue tendo o programa Entra21, voltado aos alunos que estudam na área da tecnologia, informática, na formação realmente de mão de obra qualificada na nossa cidade.

E isso conseguimos hoje garantir os recursos necessários para que essa cidade possa continuar tendo este ano 300 alunos matriculados nesse programa, e garantindo a continuação de um ensino fundamental para a nossa região do vale do Itajaí.

Por isso minha alegria de estar nesta tribuna fazendo este anúncio.

Quero cumprimentar o presidente da Fapesp; cumprimentar, através da Charles, executivo da Acib, todas as entidades empresárias e todas as pessoas envolvidas com o programa Entra21, que estiveram presentes na reunião há pouco e, com certeza, comemorarão a liberação desses recursos, que são muito importantes.

Existem recursos no programa Entra21 repassados pelo estado, pela prefeitura municipal e também pelas empresas. É este conjunto de ações que faz a diferença no programa Entra12. É um programa de sucesso, exitoso, que já formou muitas pessoas na área de tecnologia, pessoas que trabalham em empresas de *software* e de *hardware*, que acabaram se tornando empreendedores, que geraram emprego e renda para o vale do Itajaí e, por isso, minha alegria por esse programa continuar e termos certeza de que este ano mais 300 jovens serão atendidos no vale do Itajaí e em Blumenau, nesta formação de mão de obra qualificada na área de tecnologia.

Gostaria também de parabenizar o governador Raimundo Colombo por suas ações, pelo seu trabalho. Nós, do PSD temos uma alegria muito grande de vermos a forma austera como ele vem conduzindo o estado, buscando melhorar nossa economia. E o próprio presidente da Fapesp disse que o governador exigiu a redução de 20% do custo operacional da Fapesp, no sentido de baixar o recurso aplicado pela fundação na questão de custeio. O governador está trabalhando para que a máquina pública fique menos inchada e com isso possamos passar por este momento de crise existente no país sem ter maiores problemas em Santa Catarina.

Mas, na contramão, vemos a notícia, e podem até achar um pouco estranho, que a presidente Dilma sancionou R\$ 868 milhões para o fundo partidário, quando precisamos fazer contingenciamento de despesa, reduzir os gastos públicos, fazer economia. E difícil

vermos o governo triplicando o valor do fundo partidário e reduzindo investimento na saúde e na educação, isso é um contracenso. Se tivessem mudado a forma de financiamento de campanha passando o financiamento público, acabando de vez com a questão do financiamento privado, até teríamos um motivo. Mas não houve mudança na legislação eleitoral. O que houve, sim, foi sede, vontade dos partidos terem mais recursos e neste momento é, sem dúvida, um contracenso.

Por isso, estou criticando o posicionamento da presidente Dilma, do Congresso Nacional que tem que de uma vez por todas votar a reforma política. Estão discutindo, enrolando e precisamos ter logo a reforma política, para que este tipo de situação não volte a acontecer, porque é muito triste, ao invés de aumentar os recursos para saúde, para a educação ou para a infraestrutura aumentarem recursos para o fundo partidário!

Srs. deputados, nosso país não pode mais agir dessa forma, precisamos mudar nossas políticas públicas. Isso não é culpa de um partido político ou de uma pessoa, mas do sistema como um todo. É uma reflexão que trago a esta Casa, porque temos que mudar o sistema político neste país. É inadmissível que continuemos aumentando despesas com a estrutura burocrática, aumentando os recursos gastos na questão do fundo partidário e, em contrapartida, termos menos dinheiro para gastar em saúde e em educação.

Há pouco vim de uma reunião, como falei, onde estávamos discutindo sobre recursos para manutenção do programa Entra21, que forma crianças de baixa renda na área de tecnologia. Isso, sim, tem que ser discutido, ou seja, ampliar os recursos para este programa. Mas aí lemos uma notícia como essa de que a presidente Dilma está triplicando os recursos do fundo partidário. Infelizmente, enquanto o nosso país, o nosso Congresso Nacional, os nossos governantes, principalmente o governo federal não mudarem a forma, a concepção do nosso país nada vai mudar, enquanto alguns direitos e algumas mordomias não forem cortadas não iremos para frente.

Precisamos que seja diminuída a burocracia, que seja investido mais em infraestrutura, em saúde, em educação, em segurança e menos nos fundos partidários.

Por isso, minha tristeza nesta tarde de ter que trazer este assunto para esta tribuna, mas também minha alegria de falar na questão do programa Entra21, que é muito importante.

Quero parabenizar, mais uma vez, o governador Raimundo Colombo que vem anunciando cada vez mais investimentos, mostrando que Santa Catarina tem um jeito diferente de fazer política e de trabalhar do restante do país.

Enquanto parabenizo a Fapesp pela manutenção de um programa essencial e o governador Raimundo Colombo pela continuação de investimentos em parceria até com o governo federal, lamento que em Brasília estejam discutindo não o aumento de recursos para a saúde, educação ou infraestrutura, sancionando uma lei que triplicará o fundo partidário.

Isso é muito triste e, infelizmente, é o Brasil que nenhum de nós quer. E, com certeza, essa situação só mudará de verdade quando tivermos uma grande reforma não apenas política, mas também uma reforma Constitucional, na questão tributária e nas questões que envolvem todas as grandes mudanças que precisamos no Brasil. Enquanto essas reformas de verdade não acontecerem o Brasil não será o país que sonhamos, que queremos.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado

ao PSD, ocupará a tribuna nos minutos restantes o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha através da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, continuando na linha de pensamento do nosso líder, deputado Jean Kuhlmann, realmente nós, catarinenses, que já estamos tristes com os fatos acontecidos em Xanxerê, onde quase duas mil famílias já estão cadastradas pela defesa civil, e foram atingidas por aquele ciclone que fez duas vítimas fatais, dezenas de feridos, uma destruição muito grande e quando pensamos ouvir que governo federal mandará recursos para melhorar a vida dos catarinenses e dos brasileiros, lemos a notícia de que a presidente sancionou aumento do fundo partidário para R\$ 868 milhões.

Acho que a presidente está vivendo em outro mundo, que não o dos brasileiros e nem o dos catarinenses. O fundo partidário já seria um absurdo, com quase R\$ 300 milhões. E aí, o senador Romero Jucá, do PMDB, apresentou uma emenda triplicando esse valor.

Segundo o senador, já prevendo o financiamento público da campanha e a presidente que poderia dar um exemplo de mudança no encaminhamento do país, sanciona esse valor para o fundo partidário, com a previsão de R\$ 117 milhões para o PT que é o partido mais beneficiado na alteração do fundo partidário.

Então, realmente, como falava o deputado Jean Kuhlmann, enquanto a sociedade cobra mudanças, cobra serenidade, coerência, o PT consegue cada vez mais mudar essa situação, através da presidente da República.

Hoje ouvi os comentaristas políticos da CBN falar que o argumento do PT na defesa do Vaccari, porque as filmagens que os procuradores apresentam dizendo que a cunhada dele que estava no banco em determinado dia para sacar dinheiro, o PT diz que não é cunhada, que é a mulher do Vaccari. Não sei se fica pior, ou melhor, o importante é que está provado que no dia que havia depósito ou retiradas havia uma pessoa ligada ao Vaccari fazendo saque.

Então, realmente é lamentável quando esperamos que a presidente mude o comportamento, que dê uma esperança à população brasileira, o que vemos efetivamente são essas notícias, assim como o fechamento do escritório da unidade da Petrobrás em Itajaí, onde há uma mobilização da classe empresarial, da Udesc.

Conversei com a reitora da universidade e me disse que a Udesc criou um curso de engenharia do petróleo em Balneário Camboriú, e precisa dessa parceria com a Petrobrás para o desenvolvimento do curso e aí cortam recursos na área da Petrobrás, que precisa ser cortado, tem que sanear a empresa, todos nós entendemos isso, mas vêm com discurso de aumentar a participação no fundo partidário. E não é para o financiamento público, porque para o financiamento público da campanha vai precisar de R\$ 5 bilhões a R\$ 7 bilhões, não só de R\$ 868 milhões, que é o que ficou previsto.

O fato mais marcante, que demonstrou a força do tempo, do vento e do meio ambiente foi a catástrofe que atingiu os municípios de Xanxerê e de Ponte Serrada. Mas deu para sentir a solidariedade do povo catarinense. Imediatamente, o prefeito municipal, o governador do estado, ministros, todos se prontificando e todos foram para Xanxerê para atender e tentar minimizar os danos causados pela intempérie climática.

Até agora a Defesa Civil de Santa Catarina já cadastrou 1.447 famílias atingidas. Os depoimentos impressionam e nos entristecem pelo drama, pela dificuldade que algumas famílias passaram, enfrentaram naqueles minutos de vendaval.

Vi várias entidades, inclusive a JCI, através de todo oeste catarinense buscando donativos para atender aquela população atingida.

Então, vemos que a força que o alto vale sempre demonstrou nas dificuldades, a união, a força da reconstrução, também está havendo lá no extremo oeste, assim como no município de Guaraciaba, onde aconteceu um fato também parecido com esse, pois necessitou da reconstrução de uma boa parte do município. Sabemos que com a solidariedade, com a Defesa Civil, com o governador Raimundo Colombo presente, com o Exército, que já mandou mais de 200 militares, todos imbuídos em ajudar a minimizar esse trabalho, tudo irá melhorar. O próprio presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e todos os deputados têm demonstrado sua solidariedade e tudo fará para amenizar a situação.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedo a palavra por até quinze minutos.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, venho à tribuna usar o tempo do PMDB para mais uma vez abrir o debate sobre a questão da mobilidade urbana em nosso estado.

Nós vivemos uma dificuldade em função das diversas competências, deputado Fernando Coruja, porque aqui na Grande Florianópolis temos rodovias administradas pelo município de Florianópolis, pelo governo do estado, através do Deinfra, pelo governo federal, através do DNIT, e pelo consórcio que explora a BR-101, que é fiscalizado pela ANTT. A conversa entre os órgãos geralmente é muito difícil porque sempre há um jogo de empurra e discussão. Por isso, no lançamento da Frente Parlamentar da Mobilidade Urbana na Grande Florianópolis tivemos a visita do superintendente da Grande Florianópolis, ex-prefeito de Curitiba, Cássio Taniguch, que coordena o Plamus - Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da Grande Florianópolis.

No Plamus foram apresentados traços gerais e expectativas do que se pretende realizar. Parece-me que essas expectativas vão-se concretizar em longos, mas muito longos prazos, e não vem sendo feito, ou melhor, vem sendo feito muito pouco para a curto e médio prazo melhorar a questão da mobilidade urbana. Em que pese essa situação, temos que trabalhar cada vez mais a causa, que é a dificuldade do transporte coletivo não ser o mais adequado possível, não se ter uma cultura da não utilização do transporte individual ou com mais pessoas. O poder público vem deixando de lado a suas atuações principais de curto prazo.

Trago dois relatos aos srs. deputados. Na semana passada tive a oportunidade de visitar o superintendente do DNIT de Santa Catarina, o sr. Vissilar Preto, e cobrar dele um relato efetivo da garantia dos investimentos e dos projetos para a nossa região. Ele me apresentou o projeto que está sendo concluído de revitalização completa da BR-282, desde a ponte Colombo Salles até a BR-101, que é de responsabilidade do DNIT.

Quero dizer que o projeto é lindo, deputado Neodi Saretta, ele tem uma faixa exclusiva pro BRT, com canaletas separando as demais rodovias, três pistas em cada sentido, mais uma marginal com duas pistas, com elevado em todos os trechos, ou seja, é uma marginal de tráfego contínuo, mais um passeio de 15m, uma ciclovia de 15m, uma área para toda a tubulação de fiação, que é necessária na rodovia, e em muitos pontos outra marginal

para transporte da região, dos bairros continental e de São José.

É muito lindo quando observamos, deputado Aldo Schneider, um projeto bonito como esse, que soma um valor de aproximadamente R\$ 350 milhões. Não que o governo federal não tenha o recurso para fazer, mas falta vontade efetiva de se concretizar. Primeiro que uma obra dessas leva em torno de três anos para efetivamente estar concluída, se tudo der certo, se os ventos estiverem a nosso favor e se não houver nenhum problema, ou seja, se a licitação transcorrer normalmente, se a execução do projeto for tranquila, se as licenças ambientais estiverem todas favoráveis e num tramite rápido.

Olha, srs. parlamentares, a Grande Florianópolis não suporta mais uma BR-101 chegando a Florianópolis com uma via expressa nessa realidade que temos hoje. Mas não buscando culpados, e talvez trazendo uma solução, apresentamos um pedido ao superintendente do DNIT, que pudesse, pelo menos analisar outra obra, de valor ínfimo comparado à obra que vai ser realizada de revitalização completa da via expressa, que seria o capeamento asfáltico de todo o acostamento da BR-282, podendo fluir hoje, ao invés de duas vias, deputado Gabriel Ribeiro, três vias até Florianópolis ou sair por três vias até a BR-101.

Um investimento pequeno se comparado ao benefício que poderia trazer, e mais do que isso, é uma obra que já faria parte da revitalização completa, não seria um recurso que seria investido e depois perdido, porque iríamos mexer na BR-282 ou na via expressa.

Houve o entendimento de que realmente é uma alternativa de curto prazo. Como o DNIT está sem diretor-geral, então o diretor de engenharia está respondendo pelo DNIT. E o que nós queremos aqui é pedir o efetivo apoio desta Casa Legislativa para que essa ação possa acontecer de maneira imediata, para que possamos minimizar a vergonha nossa de cada dia ao passarmos pela via expressa a qualquer hora. E quero aqui lançar um desafio, srs. deputados. Convido qualquer pessoa a ir agora ou às 6h ou às 20h para conferir o movimento na entrada da cidade. Muitas vezes a pessoa sai de Criciúma e demora menos tempo para chegar a Florianópolis do que para chegar à Grande Florianópolis do que para chegar a Florianópolis. Você já não consegue mais planejar a viagem.

Então estamos vivendo um dilema com muita dificuldade que precisa efetivamente de uma decisão política. É óbvio que a obra principal é importante, ela faz parte de uma adequação de realidade de futuro que nós temos. Serão mais de R\$ 350 milhões investidos, mais de 19 viadutos construídos e, obviamente, a Grande Florianópolis precisa desse tipo de investimento. Mas são ações como essa, de curto prazo, que vamos sugerir, que inclusive foi feita no sul do estado, na BR-101, onde a pavimentação asfáltica do acostamento permitiu que o trânsito fluísse muito mais rápido, que vão ajudar neste momento.

Já em direção ao norte isso não foi feito e, para piorar, colocaram uma lombada eletrônica com velocidade máxima de 80km/h e ninguém passa de 60km/h, e esta congestionando todo o acesso para o norte da ilha.

Também vamos levar à ANTT a proposta de a concessionária poder agir efetivamente nessas pequenas atitudes. Falei nesta tribuna sobre a questão de se colocar um guincho junto às pontes e estarei amanhã no Deinfra cobrando para que possamos ter um contrato permanente, mas é só falar que quebrou um ônibus em cima da ponte que para a cidade inteira.

Sr. presidente, quando o deputado Jean Kuhlmann falava da região de Blumenau,

relatei um fato ocorrido em Florianópolis que gera um grande debate, que foi a decisão apontada como técnica, da engenharia de tráfego de Florianópolis, de modificar, ou melhor, passar a ter um sentido único a Av. Trompowsky, em Florianópolis. Uma das ruas mais tradicionais da cidade.

Mas não precisa ser engenheiro de tráfego, é só passar por lá para ver que a coisa piorou muito. Na rua Bocaiuva, além do trânsito que ela já tinha, agora também tem o trânsito de quem não entra na Av. Trompowsky e segue até o final. Na rua Alves de Brito, todos estão subindo para chegar nela até próximo a praça Victor Konder e lá tranca tudo até a Beira Mar Norte. O contorno tem que ser feito passando pelo supermercado Hippo diante de todos os carros que querem chegar a algum ponto da Av. Trompowsky, e lá tranca tudo novamente. Ou seja, trancou quase o centro da cidade inteira. Para que, deputado Dalmo Claro? Para que os carros que iam numa única pista desçam em duas pistas, mas terem espaço em apenas uma para entrar na Bocaiuva.

Eu, de maneira clara, estou apresentando um requerimento, sr. presidente, para que essa situação seja reavaliada. Sei que muitas vezes a mudança do sistema viário, para se ter uma compreensão da sociedade, demora 30, 45 dias, até se acostumarem com a mudança, mas há mudanças que notoriamente não dão certo. Já houve modificações de vias que já tinham sido planejadas. Na verdade as pessoas já não estão entendendo mais nada porque numa semana se coloca o tachão de um lado; na semana seguinte troca-se o tachão para outro, porque lá passou a ser uma via de mão dupla ou mão única. Está difícil acertar! Não que estava bom antigamente, há muito que melhorar, mas a atitude tomada só veio a prejudicar.

Por isso, esperamos que a secretaria de Segurança Pública, agora responsável pelo trânsito da cidade de Florianópolis nos limites do município, possa reavaliar a sua posição. Eu não sou o prefeito da cidade, mas estou aqui como deputado representante da nossa região para trazer sugestões e esse é o nosso papel, e mais, a sugestão não é minha, mas de todas as pessoas que circulam por Florianópolis naquela região, já que nós não conseguimos visualizar qual foi o entendimento. O próprio Crea - Conselho Regional de Engenharia - notificou pra que o engenheiro responsável apresente o embasamento técnico para esse processo.

Então, obviamente, quero fazer aqui, não uma crítica do que vem sendo administrado, mas, sim, uma sugestão para entender de que forma essa mudança ajudou, ao contrário, atrapalhou a realidade do centro de Florianópolis.

Esperamos que a prefeitura possa reavaliar a iniciativa que tomou, que parece uma iniciativa simples, mas em alguns municípios, quando o prefeito quer mostrar que está trabalhando, ele muda o sentido das ruas e pinta a faixa, mas na verdade houve uma demonstração de que estão atrapalhando, e nós queremos ajuda.

Então, muitas vezes há que se admitir o erro e voltar atrás no posicionamento para não prejudicar a população, pois o trânsito na região central em Florianópolis já está difícil.

Quero aqui, agradecer ao superintendente do DNIT, Vissilar Preto, pela cortesia de ter-nos recebido e por ter apresentado os fatos. Entretanto, ele precisa, deputado Natalino Lázare, de respaldo político, ele que é indicado pelo seu partido naquele ministério e atende a todos. Só que hoje, ele não tem nem certeza se, com os cortes previstos do governo federal, será mantido o investimento para a licitação da obra de revitalização completa da Via Expressa Sul ao acesso a Florianópolis.

Espero que ele possa manter isso. Nós vamos ao DNIT, à ANTT e vamos brigar para que essa realidade possa acontecer na maior brevidade possível e que obras simples, atitudes simples possam melhorar o cotidiano dos cidadãos da nossa região.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento e gostaria de dizer que já estamos acostumados com esse trânsito caótico. Já nos conformamos, já condicionamos o cérebro até para aguentar essa tortura no nosso dia a dia, mas a preocupação de v.exa. é pertinente em virtude de que todo mundo, todo o brasileiro, todos que conhecem e adoram vir para Florianópolis, daqui a pouco, não conseguirão mais, pois nossa cidade tornar-se-á inacessível. Daqui a pouco as pessoas vão dizer que vem a Florianópolis, mas que não conseguem andar, não conseguem ter mais acesso à ilha.

Então, a preocupação de v.exa. é pertinente e estamos juntos nessa caminhada.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado, deputado Natalino Lázare, eu concluo, sr. presidente, dando a demonstração de que é preciso cada vez mais haver a integração dos órgãos. Hoje temos muitas dificuldades, pois quando vamos até o DNIT, os representantes dizem que resolvem até o limite da BR-101; a partir daí, é com a concessionária, com a ANTT; quando vamos tentar resolver o problema da ponte, que é com a Deinfra; saindo da ponte, o problema é com a prefeitura. Na verdade, a população já não sabe mais quem procurar.

Então, o nosso papel, obviamente, é integrar, buscar alternativas para que a Frente Parlamentar atue todos os órgãos que forem necessários para mudar essa realidade. E que essa obra de fazer o capeamento para tentar amenizar o problema, a curto prazo, do acostamento da via expressa, possa ser concretizada, porque já se demonstrou que na BR-101 sul deu resultado prático, deputado Leonel Pavan, e nada mais fácil do que com pequenos recursos que já existem no DNIT poder fazer a pavimentação do acostamento de toda a via expressa na chegada e na saída de Florianópolis, melhorando o trânsito que hoje é caótico naquela região, em diversas regiões, mas aquele talvez seja um dos mais críticos de Santa Catarina, pois é a porta de entrada do município de Florianópolis e da nossa região.

Por isso, agradeço ao aparte apresentado e que possamos unir forças para garantir que os recursos possam vir e que pequenas atitudes mudem o cotidiano e a vida do cidadão que vive o inferno de enfrentar os congestionamentos cada vez maiores na nossa região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o eminente deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses, eu quero retornar ao assunto que já foi abordado, e também o fiz em aparte anteriormente, a respeito desse lastimável evento ocorrido na região de Xanxerê e Ponte Serrada, em função das ações do tempo.

Esses municípios que foram lamentavelmente atingidos tiveram a incidência de tornado, conforme nós todos pudemos acompanhar pela imprensa, quem viu as fotos, indo pessoalmente ou pelos relatos de quem lá esteve, dos amigos, da gravidade, que atingiu na última segunda-feira, com ventos que ainda

não estão precisados exatamente, mas certamente superior a 250 quilômetros por hora, destruindo uma parte significativa da cidade de Xanxerê, com quase três mil residências atingidas e, posteriormente outro evento também em Ponte Serrada, que ocasionou prejuízos e destruição. No caso de Xanxerê, também mais 150 pessoas feridas e, infelizmente, com dois falecimentos.

Nós percebemos e acompanhamos que os locais onde esse tornado passou se assemelha a cenários realmente de guerra, de destruição, deixam rastros de muita dor, evidentemente da destruição, além dos problemas de saúde, de ferimentos, das duas mortes e dos problemas materiais e emocionais, em Xanxerê, também o entorno todo sofre com essas consequências.

Inclusive há pouco o prefeito em exercício de Concórdia também nos contactou e nós estamos fazendo aqui as colocações para que a Celesc, que fez um belo trabalho, com muita eficiência, possa agora empreender um esforço além ainda, no caso específico das agroindústrias, da BRF, de Concórdia, que ainda não retornou a energia elétrica suficiente para retomar a produção. Estamos falando da produção de alimentos, do que isso pode ocasionar, não só com os alimentos que lá estão, deputado Natalino Lázare, mas até mesmo com a produção, existem lá frangos, os suínos que vêm para o abate.

Então, o nosso apelo neste momento, depois de todo o esforço já realizado pela Celesc. Quero reconhecer aqui publicamente e elogiar o trabalho da Celesc e fazer mais este apelo também para ultimar o restabelecimento da energia para que a indústria também possa recomeçar, no caso específico, cito como exemplo a BRF, de Concórdia. Também está anunciado que amanhã sairá o decreto, reconhecendo o estado de calamidade pública e que será publicado amanhã no Diário Oficial da União, conforme passado há pouco pelo ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi.

Isso é importante porque passada as 24 horas daquele atendimento emergencial das pessoas, dos feridos, das emergências, agora passa a parte de reconstrução e isso exige recurso também. E o decreto de calamidade pública sendo reconhecido nacionalmente agiliza a liberação de recursos, agiliza, inclusive as ações que precisam ser feitas no sentido do atendimento material também dos ganhos. O registro também do anúncio da pronta liberação do fundo de garantia, a presença do ministro do Trabalho em Xanxerê também é muito importante.

Então, essas ações, essa resposta precisa ser dada. Nós acompanhamos a Defesa Civil do estado junto com o município, com a União, inclusive com o Exército, quando cerca de 200 membros trabalhando em Xanxerê, distribuindo kits de emergência, fazendo aqueles atendimentos necessários.

Portanto, em Santa Catarina não é a primeira vez atingida por tornados. Vamos lembrar aqui o caso de 2009, na cidade de Guaraciaba, localizada cerca de 170km de Xanxerê, que foi vítima de um evento semelhante. Na ocasião tivemos gravíssimos prejuízos.

Queremos enaltecer então esses órgãos que agiram prontamente, mas que essa mobilização não diminua, pelo contrário, que se possa manter essa forte mobilização para atender a comunidade, a população, principalmente de Xanxerê, de Ponte Serrada a reconstrução das casas, das pessoas, dos prédios sejam públicos ou particulares para que se possa restabelecer.

E por último também, mais uma vez, ressaltando a necessidade de Santa Catarina se preparar efetivamente para esses fenômenos climáticos, já que nós estamos aqui

numa rota desses eventos, de tornados. Essa questão também foi falada do radar meteorológico não teria cobertura sobre Xanxerê, mas é fundamental que tenha no oeste de Santa Catarina um radar meteorológico mais o de Lontras, colocado em funcionamento e mais um, teremos em todo o estado de Santa Catarina, de fato, coberto, porque mesmo que o aviso fosse talvez detectado pouco antes num fenômeno como esse, poderia ajudar a prevenir.

Portanto, é importante que esses equipamentos sejam instalados e aqueles instalados que, de fato, sejam colocados em uso.

Então, mais uma vez, nossa solidariedade a todos os atingidos. Nosso apelo é para que todas as entidades mantenham-se mobilizadas, como estão fazendo. Nosso reconhecimento a essa força que houve de atendimento nas primeiras horas que continue agora. E, por fim, então reconhecendo o atendimento dessas entidades, da Celesc também. E, mais uma vez, faço aqui então esse apelo à Celesc que olhe a situação da questão do restabelecimento da energia para agroindústria, pois temos a região polo de grandes agroindústrias, como é o caso específico que se tem aqui da BRF, de Concórdia, que ainda não tem energia suficiente para restabelecer a sua produção.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do eminente deputado Neodi Saretta, e como nós dissemos há pouco, esta Casa fará todo o possível para, por meio dos nossos mandatos, sermos úteis na solução dos problemas da comunidade atingida pelo tornado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação, formado pelos PSB, PR, PPS.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de representantes do DEM, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, formado pelo PP e PSDB.

Com a palavra o eminente deputado José Milton Scheffer, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Uma boa-tarde a todos os colegas deputados, sras. deputadas, cumprimentar especialmente o deputado Aldo Schneider, nosso vice-presidente desta Casa e que preside esta sessão.

Inicialmente, aqui as nossas palavras também são para externar a nossa solidariedade a toda população de Xanxerê, de Passos Maia, de Ponte Serrada, enfim, de toda a região, que sofreu com a passagem do tornado que tão fortemente atingiu o oeste de Santa Catarina.

Nós que já vivenciamos essa experiência em 2004, deputado Silvío Dreveck, durante o furacão Catarina quando estávamos à frente da prefeitura de Sombrio, e passamos a noite toda em claro, deputado Luiz Fernando Vampiro, acompanhando, e era algo que tinha certa previsibilidade pela Defesa Civil naquela tarde, mas mesmo assim a população não acreditava na intensidade que foi o furacão Catarina que também aconteceu logo após o verão.

Santa Catarina agora com a intensidade desses tornados definitivamente passa a ter uma preocupação maior ainda com esses fenômenos climáticos, da mudança climática. Já em 2005, fizemos lá na Amesc um seminário, quando trouxemos especialistas, inclusive de outras partes do mundo em parceria com a ONG Sócios da Natureza em que

já se alentava para esses fenômenos acontecerem em Santa Catarina, logo após o verão, principalmente períodos em que a água do mar está com a temperatura muito elevada.

Isso causa uma série de mudanças na velocidade dos ventos, surgindo, como surgiu agora em Xanxerê, esses tornados que destruíram não só a cidade, mas mexeram com a vida de muitas pessoas, duas pessoas faleceram, várias pessoas tiveram inclusive amputação de pernas, de braços.

O atendimento realmente ficou muito prejudicado, mas é preciso ressaltar aqui a força, a organização da Defesa Civil de Santa Catarina, as ações de diversas instituições, do voluntariado do nosso estado e, sem dúvida nenhuma, com o espírito solidário de todos nós, catarinenses, vamos rumar à reconstrução dos estragos provocados em Xanxerê e região, e Santa Catarina vai seguir em frente.

Mas é preciso, com o exemplo do furacão Catarina e de tantos outros pequenos tornados que vêm acontecendo nos últimos dez anos, e agora com a passagem desse tornado em Xanxerê, estejamos nos preparando de maneira mais forte, mais organizada ainda para enfrentarmos as mudanças climáticas que já chegaram, e nós ainda não estamos devidamente aparelhados. Santa Catarina, sem dúvida nenhuma, é exemplo em termos de construção e vai saber enfrentar todo esse dilema.

(Passa a ler.)

"Quero, além da solidariedade, também ressaltar mais um bom exemplo da gente catarinense que é o 2º Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Primeira Infância, que é um tributo a dra. Zilda Arns, lá de Forquilha, que inicia hoje e vai até o dia 24 de abril, em Forquilha.

Este seminário, deputado Luiz Fernando Vampiro, é exemplo de fomento à mobilização nacional em favor da vida, dando visibilidade às práticas de sucesso, pois tem como objetivo principal valorizar pessoas e entidades que lutam pela promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das gestantes e das crianças de zero a seis anos, e é realizado pelo governo de Forquilha, secretaria Municipal de Assistência Social, Unicef, Pastoral da Criança, com apoio da Rede Nacional Primeira Infância, a rede Não Bata, Eduque, também pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda -, bem como também da Fundação Xuxa Meneguel, e Federação Catarinense de Municípios - Fecam.

O seminário é uma coroação e uma grande contribuição à memória de do grande trabalho feito pela dra. Zilda Arns, uma pessoa que dedicou sua vida ao trabalho humanitário, sendo fundadora e coordenadora internacional da Pastoral da Criança.

A primeira infância, senhores deputados, sras. deputadas, é uma das fases mais importantes da vida, ela é fundamental para o desenvolvimento, criação de vínculos, aprendizado, desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico. É para o debate e a promoção de ações voltadas a estas etapas que o seminário surge como importante ferramenta, tendo nesta edição os temas: A Institucionalização de Crianças com Foco na Primeira Infância; O Voluntariado; A Disciplina Positiva; A Educação Infantil, entre outros.

A administração pública de Forquilha, liderada pelo prefeito Vanderlei Alexandre, juntamente com sua população, demonstram neste evento a preocupação, dedicação, empenho e valorização do trabalho humanitário. É toda uma cidade levando adiante o espírito, a vontade e as atitudes de Zilda Arns, que deixou um legado em termos de voluntariado e de ações em proteção à infância do Brasil e também do mundo.

Foi criada a medalha Zilda Arns Neumann, concedido a estas pessoas e

entidades, um grande instrumento para identificar e disseminar as práticas bem sucedidas na área da primeira infância.

Assim, quero parabenizar toda a organização e todos que dedicam parte do seu tempo ao trabalho voluntário e humanitário."

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Caro amigo e deputado José Milton Scheffer, sr. presidente, deputado Aldo Schneider.

Eu gostaria, na verdade, de concordar com as suas palavras e de fazer um registro muito importante em relação à sensibilidade do povo criciunense e da região sul de Santa Catarina em relação a este episódio climático acontecido em Xanxerê e Ponte Serrada.

Ontem eu estive no Centro de Exposições José Ijair Conti, onde há uma movimentação muito forte da Defesa Civil criciunense, do município de Criciúma, da região sul de Santa Catarina, que estão mobilizando-se através de doativos como água, leite e cobertores. E ontem estive lá no ginásio e pude ver a sensibilidade das pessoas que foram assoladas com este tipo de situação em 2004, que contribuem intensamente.

Então, gostaria de fazer este registro e pedir para que as pessoas doem mais porque é necessário, é importante. Um par de sapato, às vezes, que ninguém está usando na sua casa, está fazendo falta para alguém.

Gostaria de parabenizar pelas suas palavras, dizendo da importância desse momento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Sr. deputado, acho que o seu pronunciamento, como os demais, já demonstra a preocupação desta Casa com a região oeste, que está sendo duramente prejudicada em função dessa crise climática, dessa catástrofe que ocorreu na região.

Acho que os poderes públicos e prefeituras, o governo do estado, a Assembleia Legislativa, estão fazendo a sua parte, tentando buscar, através de mecanismos possíveis, atender aos pleitos daquela região, principalmente na questão de doação de doativos. Eu já participei de uma campanha, estão enviando inúmeros produtos para atender àquelas pessoas.

Só que Xanxerê, que é a terra do nosso presidente Gelson Merisio, foi duramente penalizada pela natureza, aquela população está sofrendo muito. Ela é uma cidade que está sendo citada no Brasil inteiro, mas também tem Ponte Serrada, que é a minha terra. Vivi, ao longo da minha vida, em Ponte Serrada. Nasci no Rio Grande do Sul, mas com três meses fui morar em Ponte Serrada e lá convivi por muitos e muitos anos.

É uma cidade muito pobre, e é preciso também que as pessoas se mobilizem com doativos, que possam também contribuir com aquela cidade, porque as pessoas que lá residem estão passando por dificuldades enormes, assim como os outros municípios, mas queria acrescentar também a cidade de Ponte Serrada e Passos Maia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - A pedido do deputado Silvio Dreveck, nós já havíamos incluído no nosso pronunciamento a cidade de Passos Maia.

Mas tudo isso nos leva a uma grande reflexão, da importância que temos que dar para as mudanças climáticas. Há dez ou vinte anos, quando falávamos em mudanças

climáticas, parecia algo muito distante. E agora, semanalmente, estão entrando nas nossas casas, através dos jornais, notícias desses problemas climáticos, seja pelo excesso de chuva, no caso das enchentes, ou pela falta de chuvas, no caso das estiagens, atingindo, inclusive, o abastecimento urbano de cidades importantes do país e também de cidades menores, e também há os tornados. Agora, Santa Catarina, pelo seu posicionamento geográfico, tem tido um problema muito forte com ventos frequentes. A região oeste também, e o sul do estado sofre com isso.

Hoje, praticamente, dez ou 11 anos após a ocorrência do furacão Catarina no sul do estado, temos outra catástrofe também de grande potencial, que é a ocorrência desse último tornado. Obviamente, nos sentimos indefesos. Como reagir? Como nos prevenir de tudo isso?

É preciso, sim, envolver as universidades, envolver os órgãos públicos, a iniciativa privada, a sociedade, num grande estudo para que possamos nos prevenir nos próximos anos dos efeitos da mudança climática para que todo o esforço da sociedade possa ser gasto na prevenção, e não apenas agora, no sentido de recuperar as perdas, correndo atrás dos prejuízos.

Por isso, quero aqui colocar não só o nosso mandato, mas toda esta Casa em alerta para as mudanças climáticas que vêm ocorrendo no mundo inteiro, especialmente em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação do eminente deputado José Milton Scheffer.

Não havendo mais oradores inscritos no horário destinado aos Partidos Políticos, esta Presidência suspende a sessão até as 16h quando adentraremos à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0080/2015, de procedência governamental, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei n. 15.722, de 2011.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0203/2014, de autoria do deputado Darci de Matos, que denomina Luiz Carlos Perin o Centro de Formação de Agricultores e Pescadores do Litoral Norte Catarinense (Cetreville), no município de Joinville.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0246/2015 e 0251/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider;

0248/2015 e 0249/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0250/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0252/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0254/2015, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; 0255/2015, 0256/2015 e 0257/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0258/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0259/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar. Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0272/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0273/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0274/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0275/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro; 0276/2015 e 0278/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0277/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0279/2015 e 0280/2015, de autoria do deputado Kennedy Nunes; e 0281/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Requerimento n. 0271/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao diretor do Detran, solicitando informações acerca da deliberação do Contran n. 126/12, credenciamento de empresa de vistoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0039/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao prefeito e à comunidade do município de Passos Maia, manifestando solidariedade pelo momento difícil que enfrenta em decorrência da catástrofe que assolou o município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0040/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada ao prefeito e à comunidade de Ponte Serrada, manifestando solidariedade pelo momento difícil que enfrenta em decorrência da catástrofe que assolou o município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0041/2015, de autoria do deputado Natalino Lázare, a ser enviada à Comunidade de Xanxerê, manifestando solidariedade pelo momento difícil que enfrenta em decorrência da catástrofe que assolou o município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Passaremos às Explicações Pessoais.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Fernando Coruja, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados.

Quero também aqui ser solidário com o povo do oeste de Santa Catarina, principalmente com os conterrâneos do deputado Gelson Merisio, bem como a população de Ponte Serrada, fundamentalmente, que foram atingidas por este tornado, um fenômeno meteorológico que vem acontecendo, nos últimos tempos, em Santa Catarina.

Sabemos que, quando acontece uma tragédia dessa natureza, o impacto na população é muito grande. Houve, pelo que estamos sabendo, uma pronta ação do governo, queremos cumprimentar o governo por isso, há uma solidariedade importante do estado, mas é importante também que isso tenha continuidade, porque é muito comum que nestas tragédias a solidariedade seja apenas inicial, a ação do governo inicial, e depois ela desaparece.

Mas eu quero falar aqui sobre um assunto que já foi tratado nesta tribuna por outros parlamentares, que diz respeito à questão do projeto de lei sancionado pela presidente Dilma, que aumenta, amplia, o Fundo Partidário no país.

É lugar comum, todo mundo fala, do desprestígio da classe política, que hoje é unanimidade. Evidentemente, que os políticos nunca tiveram muito prestígio. Ao longo da história, pela natureza da função, não é exatamente uma atividade que seja prestigiada pela população.

A não ser em momentos históricos, de grandes conflitos, em que, de repente, a classe política se aglutina. Inclusive, há, na história, certo balanço. Quando o poder econômico está muito forte, o poder político está fraco. Quando o poder político está forte, o poder econômico está fraco. Isso aconteceu em vários momentos da história.

Na Revolução Francesa, por exemplo, o poder político, o poder do povo, estava forte. Cortaram a cabeça dos nobres e dos padres, enfim. Mas hoje há no mundo inteiro um desprestígio muito grande. E no Brasil, em função dos últimos acontecimentos, isso se acentuou. A presidente está desprestigiada, os números mostram isso, o Congresso Nacional está desprestigiado e outros poderes também estão.

Mas o que leva a isso? É claro que podem ser vários fatores de ordem institucional. Discute-se aqui a mudança do sistema eleitoral, a mudança do sistema político, e é preciso fazê-lo porque algumas coisas precisam ser repensadas e alteradas, mas talvez tenhamos que repensar ou discutir a própria forma de governo, porque o nosso sistema presidencialista não permite a resolução de crises, enquanto outros países solucionam suas crises de forma muito rápida, por causa do parlamentarismo. No Brasil há um aceno de uma crise que vai estender-se, provavelmente, até o final do mandato da presidente Dilma, em função de que não há mecanismos para mudar.

Agora o que acontece? Nós, os políticos, contribuímos muito. Esse projeto que foi levantado aqui pelos deputados Maurício Eskudlark e Jean Kuhlmann, que quase triplica o fundo partidário é uma cara de pau. Não tem cabimento, no momento em que o Brasil vive esta situação, pensar em aprovar um projeto dessa natureza.

Rockefeller dizia o seguinte: O melhor negócio do mundo é um poço de petróleo bem administrado; o segundo era um poço de petróleo mal administrado. Ao longo do tempo, nos últimos 20 anos, houve uma certa mudança, o melhor negócio do mundo passou a ser um banco bem administrado, depois um banco mal administrado; há uns dez ou 15 anos atrás o melhor negócio do mundo era uma grande indústria farmacêutica bem administrada e o segundo melhor negócio era uma indústria

farmacêutica mal administrada. Acho que hoje o melhor negócio do mundo é um partido bem administrado, com um fundo partidário; e o segundo melhor negócio do mundo é um partido mal administrado, tal a quantidade de recursos.

Mas imagine a situação. Estamos discutindo uma crise nacional envolvendo um financiamento de campanha, que há problemas no sistema de financiamento. Estamos discutindo uma crise envolvendo a necessidade de um reajuste fiscal duro, e é preciso economizar. Estamos discutindo o nosso próprio modelo e, de repente, você tem um projeto dessa ordem, que triplica o Fundo Partidário. Tem gente do nosso partido apoiando a tese, inclusive o relator é do nosso partido, deputado Manoel Mota. Assim sendo, não quero aqui partidizar porque esse negócio não é de um partido, é uma ação entre amigos, não é a presidente Dilma que não vetou, não é o relator que disse isso ou aquilo, essa é uma ação entre amigos. Evidentemente que isso foi um acordo que foi feito no Congresso Nacional.

Nós precisamos mudar se nós queremos o mínimo de respeito por parte da população. Nós precisamos de ações que sejam compatíveis com isso. Eu acho que a classe política de maneira geral é uma boa, é uma classe preparada para as coisas. O Brasil só não tem mais crises, porque a classe política é preparada para resolver as questões. Mas é preciso que haja para a sociedade uma demonstração disso para que haja o mínimo de credibilidade, porque se o povo não acredita, tudo que você diz soa falso.

Por isso, quero lamentar aqui a decisão que foi tomada, pois foi infeliz, uma decisão que não faz bem nenhum para a classe política, não faz bem nenhum para o relacionamento entre a política e o povo e, sem dúvida, vai continuar fazendo aquele malefício, que é desprestigiar o político junto à população, impedindo que nós possamos ter força para melhorar a situação do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, não poderíamos deixar de prestar a nossa solidariedade aos catarinenses do oeste. E deputado Maurício Eskudlark, coincidentemente, eu estava saindo de Chapecó às 14h na segunda-feira e passei às 15h em Xanxerê, às 16h em Ponte Serrada, com muita dificuldade, muitas árvores no caminho. Embora fosse um evento muito rápido de cinco a dez minutos, a gente percebeu ao longo da rodovia o estrago. Eu cheguei a Blumenau mais de meia-noite. E nós queremos aqui ratificar a nossa preocupação e solidariedade aos amigos de Xanxerê, de Passos Maia, de Ponte Serrada, não só pelos estragos do ponto de vista patrimonial, e sabemos que 200 mil catarinenses ficaram sem energia elétrica, dois mil ficaram desabrigados em Xanxerê e centenas de casas foram destelhadas, mas, em especial, lamentamos os dois óbitos em Xanxerê.

É claro que nesta hora nós temos sempre um misto de impotência, deputado Gabriel Ribeiro, v.exa. que passou recentemente, em Lages, por algo parecido, com aquela chuva de granizo, mas queremos somar a essa impotência a nossa solidariedade e, acima de tudo, como homens públicos, queremos exigir, de fato, que haja esse gabinete de crise que possa gerenciar do ponto de vista da Defesa Civil, da Saúde, da Segurança Pública e, principalmente, na liberação de recursos. Acho positiva a manifestação do governo federal na questão da liberação do Fundo de Garantia, mas é preciso

avancar com ações do governo do estado nesta questão de recursos para que a vida retome a normalidade no oeste catarinense.

Eu gostaria, sr. presidente e srs. deputados, de fazer uma menção especial à visita que recebi nesta tarde do nosso colega Dalçoquio, que aqui esta no plenário da Casa, ele que representa uma empresa muito conhecida e que é orgulho para todos nós catarinenses, deputado Manoel Mota, v.exa. que foi caminhoneiro e sabe muito bem do que estou falando. A empresa Dalçoquio é um orgulho para todos os catarinenses, possuindo 800 carretas e mais de 25 pontos espalhados pelo Brasil, motivo de orgulho para todos os catarinenses. Mas eu fico mais feliz ainda, porque o empresário veio hoje em visita ao nosso gabinete para fazer uma proposta de parceria. Eles têm a marca Cowboys do Asfalto, muito conhecida já país e até fora dele, com vários produtos, e há uma preocupação que me chamou a atenção. Nós acompanhamos neste último final de semana, no ferido, um carreteiro, infelizmente, embriagado na BR-101, bateu em outra carreta, derrubou um poste e continuou o caminho. Anotaram a placa e lá na frente a Polícia Federal pode detê-lo e ele nem sabia o que tinha feito.

A proposta dos Cowboys do Asfalto é exatamente essa conscientização, não apenas na questão do uso de drogas, mas também numa questão maior ainda, roubos de cargas, e trabalhando com critérios, com princípios, com

valores que eu desconhecia, deputado Manoel Mota. E fiquei muito feliz em recebê-los em nosso gabinete observando o interesse deles nessa parceria em fazermos, de fato, uma prevenção junto aos caminhoneiros neste país.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Ouço v.exa. que por mais de três décadas esteve pilotando caminhões por este país afora.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentá-lo e dizer que v.exa. levanta um tema importante. Eu na época que tinha caminhões, eu puxava combustível de São Paulo, do Rio de Janeiro. O Augusto é uma pessoa extraordinária, um homem que começou como caminhoneiro e que hoje tem essa grande empresa que é um orgulho para todos nós. Seu filho foi o vice-prefeito de Itajaí e o outro é um empresário que cuida das ações, mas ele também tem uma carreta, que é a Cowboys do Asfalto. É um espetáculo. Então, quero cumprimentá-lo e dizer que nós temos uma empresa que é o orgulho de Santa Catarina na área do transporte, que é uma parcela importante do PIB brasileiro.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Manoel Mota, que fala com muita legitimidade do assunto, porque foi perito, piloto inclusive de corridas, de disputas acirradas de caminhões.

Fico feliz em saber que Cowboys do Asfalto não é apenas uma marca, mas é

também uma proposta de família, uma proposta de orientação aos caminhoneiros que hoje tem uma pauta longa e vasta a ser discutida em nível nacional, como a questão dos fretes e dos pedágios, mas também essa preocupação com a segurança dos caminhoneiros, com a segurança nas estradas a partir de um projeto de parceria, de prevenção.

Nós queremos colocar a nossa comissão de Prevenção e Combate as Drogas à disposição dessa organização, para trabalharmos em programas de prevenção junto aos caminhoneiros de Santa Catarina e do Brasil.

Parabéns pela iniciativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte de maio de dois mil e quinze, reuniram-se sob a presidência do senhor Deputado Gean Loureiro, na sala 01 de reuniões desta Casa Legislativa, os senhores Deputados: João Amim, Gabriel Ribeiro, Maurício Estudlark e Ricardo Guidi. O Presidente deu por abertos os trabalhos agradecendo a presença de todos e justificou a ausência do Deputado Neodi Saretta, do Deputado Cesar Valduga e do presidente da CASAN Walter José Gallina. Informou que o presidente se fará presente no próximo dia 03 de junho na reunião desta Comissão, onde apresentará os Projetos e investimentos da atual gestão daquela Instituição. Em seguida leu a Ata da terceira reunião ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Ato contínuo o Presidente deu encaminhamento ao **PL 0092.0/2015**, de autoria do Deputado Antônio Aguiar, sendo relator Deputado Neodi Saretta, que inclui no calendário oficial de eventos de Santa Catarina a "Festa da Graça", realizada no município de São Francisco do Sul. O Presidente colocou em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Deputado Gabriel Ribeiro, que relatou o **PL/0062.4/2012**, de autoria do Deputado Aldo Schneider que trata da reutilização das areias geradas do processo industrial de fundição. O Presidente colocou em votação sendo aprovado por unanimidade. Também o **PL/0046.4/2015**, de autoria do Deputado Neodi Saretta, sendo relator Deputado Gabriel Ribeiro, que institui a campanha "Setembro Verde" no estado. O Presidente colocou em votação sendo aprovado por unanimidade. Dando continuidade o Presidente apresentou requerimento do Deputado Kennedy Nunes, onde requer apoio desta Comissão ao Grupo de Trabalho de Educação Ambiental GTEA-R08, no dia 03 de junho do corrente ano no Plenarinho desta Casa para a realização do VI Seminário de Educação Ambiental. O Presidente colocou o requerimento em votação sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente mencionou aos deputados que fez um relato em Plenário de Moção, com assinaturas colhidas de quase todos os membros da Comissão, atendendo reivindicação da Associação de Surf e Preservação da Guarda do Embaú, pertencente ao município de Palhoça, para que seja incluída na lista de certificação de reserva mundial de surf. O Presidente colocou em deliberação, sendo aprovada por unanimidade. Dando continuidade o Presidente informou sobre Audiência Pública que será realizada no dia 27 de maio do corrente, onde o tema será "Gerenciamento Costeiro no Município de Jaguaruna". Informou que será discutida a Resolução CONAMA Nº 303, de 20 de março de 2002 - que dispõe sobre

área de preservação permanente. Convidou a todos os interessados, bem como autoridades públicas para o debate. Solicitou a Comissão que faça convite aos Deputados da Casa, em especial os Deputados do Sul do Estado para que tomem conhecimento antecipado e possam efetivamente participar da Audiência. Ato contínuo, o Presidente comunicou que recebeu solicitação do Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente para participar do lançamento da revista da Fundação, uma revista técnica que trás assuntos científicos e especializados, frisando que o mesmo gostaria que o lançamento fosse realizado nesta Casa Legislativa. O Presidente comunicou que em relação a programação da semana do meio ambiente, conforme reunião com Chefe de Gabinete da Presidência, Diretores da Casa e Assessoria Cultural, foi deliberado pela transferência para o mês de setembro em comemoração ao dia da árvore. Confirmou evento do Grupo de Trabalho de Estudos Ambientais- GTEA, dia 03 de junho do corrente. Segundo o Presidente faremos também um requerimento em Plenário para que se possa fazer o lançamento da revista técnica, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente. Colocou em votação, aprovado. Ato contínuo, um requerimento para a participação do Presidente da CELESC, para apresentar os investimentos no setor de energia elétrica já que há uma influência muito grande no setor turístico e ambiental. Data ainda a ser agendada por essa Comissão, colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. O Presidente comunicou que no dia 7 de abril do corrente ano, esteve em Audiência com o Ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves, ao qual foi feito um convite de visita a esta Comissão na Assembléia Legislativa. A assessoria do Ministro já confirmou a presença para o dia 15 de junho deste ano. O Ministro irá fazer uma apresentação das propostas do Ministério do Turismo. Dando continuidade o Presidente passou a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark. O Deputado ressaltou que em Santa Catarina temos uma questão no Turismo que é muito importante que é o Centro de Eventos de Balneário Camboriú que se encontra em situação delicada. Entende que já existe um Projeto com verbas da Caixa Econômica Federal, a mesma já pediu várias alterações neste sentido e há uma expectativa muito grande da classe turística de Santa Catarina e principalmente da população de Balneário Camboriú. Sugere que se faça um convite ao Secretário de Turismo e ao Presidente da SANTUR, para que possam dar maiores esclarecimentos. Segundo o Presidente da Comissão, em sua ida ao Ministério do Turismo e em telefonema para o Secretário, colocou-se a disposição para alguns encaminhamentos, e que a única situação que estava pendente era relativa aos recursos vinculados a construção do Centro de Eventos de Balneário Camboriú e que naquela semana tinha sido feito encaminhamento. O Presidente informou que já é possível solicitar informações e realizar o convite ao Secretário para se fazer presente a esta Comissão. Dando continuidade o Presidente passou a palavra ao Deputado Gabriel Ribeiro que trouxe para conhecimento desta Comissão um tema que

está sendo tratado na Comissão de Agricultura e Política Rural, relacionado ao controle do javali no Estado de Santa Catarina. Segundo o Deputado uma situação que preocupa no aspecto econômico, pelos prejuízos causados nas regiões de nosso Estado. Segundo o Presidente a Comissão certamente se fará presente no que for possível em relação a essas informações. O Presidente, conforme deliberado por esta Comissão a respeito dos estudos prévios na discussão sobre a lagoa de Sombrio no Sul do Estado, sugeriu agendar uma visita in loco conforme tratado com o Prefeito e lideranças políticas daquela região. Esperamos até o mês de junho para termos uma definição dos estudos técnicos, segundo o Deputado, não adianta nós estarmos presentes lá sem termos uma conclusão desses estudos para realizar os encaminhamentos. Dando continuidade, o Presidente agradeceu a presença do presidente da FECASURF, Frederico Leite, representantes do SOS Moçambique, Rafael Teixeira e Joani Felix e do Diretor de Proteção dos Ecossistemas da Fundação do Meio Ambiente FATMA, Coronel Márcio Luiz Alves. O Presidente da FECASURF, bem como dos representantes do SOS Moçambique relataram diversos problemas enfrentados na Praia do Moçambique em Florianópolis, que integra o Parque Estadual do Rio Vermelho. Situações que envolvem abandono de animais, casos de assaltos e roubos, perturbação de ordem pública, destruição de vegetação nativa e lixo na praia. A principal reivindicação da comunidade é o Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Vermelho. Segundo Coronel Márcio Luiz Alves, o termo de referência está pronto e os recursos garantidos para o lançamento do edital de licitação. O Plano de Manejo trata do uso do parque, vai regularizar a situação que hoje já existe e autorizar ou não outras atividades. Friso que não trabalha com questões relacionadas à segurança pública. Outra solicitação feita pelas entidades é a instalação de uma cancela na entrada do parque, para restringir o acesso na madrugada e evitar a depredação de um patrimônio dos florianopolitanos. O senhor Deputado João Amim, que levantou o tema na reunião, frisou que é necessário uma união de esforços para resolver os problemas enfrentados. Informou que a praia da Joaquina passou por situação semelhante e com a união da comunidade e das instituições o problema foi resolvido parcialmente. Fazendo uso da Palavra o Presidente da Comissão, sugeriu o agendamento de audiência pública para tratar do caso com a participação do Secretário Estadual de Segurança Pública, César Grubba, de representantes da comunidade, da FATMA, do Centro de Controle de Zoonoses de Florianópolis e da Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP). Segundo o Deputado há várias situações a serem resolvidas, sendo que muitas se referem a segurança pública. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a presente reunião. A Ata será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no diário desta Assembleia Legislativa.

Deputado Gean Loureiro  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE PUBLICAÇÃO

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, com base no art. 14, §2º, da Lei 12.232/10, convoca a todos os interessados para abertura do envelope que será realizado no dia 13/06/2015, na Diretoria de Comunicação Social às 14h, para PRODUÇÃO de um VT referente a biblioteca da ALESC contendo: 01 diária de captação, edição, colorização, finalização. Pré produção p/ visita técnica na locação, elenco (04 figurantes), cenografia e arte (produção de objetos e composição visual para as cenas). Equipe com: Diretor de Cena/Fotografia/Produção/Arte. Assistente: Câmera/Produção, Eletricista, Figurino e Maquiadora. Equipamento: Câmera Full HD, Tripé, Slider, Iluminação básica, equipamentos técnicos. Áudio: Trilha produzida, locução Off, sound design. Computação Gráfica em 2D e 3D. Entrega final/ Material: Fita XDCam, Betacam, Mini DV, DVD e Link. Veiculação/Mídia em: TV Aberta, Fechada e Internet (site e redes sociais). Período: Veiculação por 1 ano em SC. Maiores informações entrar em contato com Flávio Jacques Agência Marcca, fone: (48) 3333 1555 Florianópolis, 9 de Junho de 2015.

Thamy Soligo  
Diretora de Comunicação Social  
\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 062/2015

REFERENTE: Inexigibilidade nº 007/2015 celebrado em 1º/05/2015  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
CONTRATADA: Tim Celular S.A  
OBJETO: Prestação de serviço móvel pessoal com tecnologia digital na modalidade pós-pago, incluída a habilitação e fornecimento de aparelhos telefônicos celulares, chip para transmissão de dados em

regime de comodato, acesso à internet e inclusão das demais condições para o funcionamento do sistema global de telefonia móvel.  
PAGAMENTO: Será efetuado após a entrega e o recebimento do objeto.  
PRAZO: Começa a contar 30 dias após a entrega dos objetos.

VALOR: R\$ 1.440.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93; (b) Processo Licitatório nº 007/2014; (c) Ato da Mesa 128, de 27/02/2015, (d) Autorização Administrativa; (e) Prejulgado nº 2090, alterado pela Decisão 4513/2014 exarada no Processo CON nº 14/00198710 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos). Fontes: 3.3.90.30.00 Material de Consumo e 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - pessoa Jurídica. Subelemento: 3.3.90.30.26 (material elétrico eletrônico) e 3.3.90.39.64 (telefonia móvel), do orçamento da ALESC.

Florianópolis/SC, 08 de junho de 2015

Fabício Jose Satiro de Oliveira- Diretor Administrativo  
Lonarte Sperling Veloso - Coordenador de Licitações e Contratos  
Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 063/2015

REFERENTE: Contrato nº 010/2015 celebrado em 06/05/2015  
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Tim Celular S.A

OBJETO: O presente contrato tem por objeto:

1) A prestação conjunta de serviços de telefonia e de transmissão de dados móvel, com acesso a sistema de gestão e fornecimento de até 816 smartphones e de até 219 mini modems em regime de comodato, incluída a reserva técnica.

VIGÊNCIA: 06/05/2015 a 06/05/2016.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.440.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93, art. 25, "caput"; Prejulgado nº 2090 do TCE, reformado pelo Processo nº @CON 14/00198710; Ato de Mesa nº 128 de 07/02/2015; Edital de Credenciamento nº 001 de 12/03/2015; Processo de Inexigibilidade nº 007 de 30/04/2015 e; Autorização para Processo Licitatório nº 007 de 06/03/2014, partes integrantes deste instrumento, bem como as cláusulas e condições contidas nas peças que a compõe; Florianópolis/SC, 08 de junho de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

Fabício José Satiro de Oliveira - Diretor Administrativo

Luiz Carlos Ives Vieira - Diretor Nacional de Vendas

Sandro Marques Barbosa Coutinho - Gerente Nacional de Vendas

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 1721, de 8 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR AGECI MENDES XAVIER** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi - Criciúma).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1722, de 8 de junho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR GILDA MARIA MARCONDES PENHA,** matrícula nº 7898, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, Atividade Parlamentar

Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Dr. Vicente - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1723, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR IDELVINO LUIZ FURLANETTO**, matrícula nº 2551, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1724, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR WAGNER CABRERIZO FERNANDES** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-80, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gean Loureiro - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1725, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor BRAZ LOURIVALDO BONY, matrícula nº 4012, de PL/GAB-69 para o PL/GAB-68, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1726, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor LUCIANO PORTO, matrícula nº 4059, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-80, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Ricardo Zanatta Guidi).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1727, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora FRANCIELA CUSTODIA LIMA, matrícula nº 7369, de PL/GAB-63 para o PL/GAB-73, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 03 de Junho de 2015 (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1728, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ARNALDO FERREIRA DOS SANTOS JR, matrícula nº 3252, de PL/GAB-95 para o PL/GAB-100, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1729, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor SERGIO ROBERTO SCHEFFER, matrícula nº 6708, de PL/GAB-97 para o PL/GAB-92, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1730, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ESMIR JOSE ANDREO, matrícula nº 7737, de PL/GAB-98 para o PL/GAB-92, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1731, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora LIZETE WISNIEWSKI DAL CHIAVON, matrícula nº 7738, de PL/GAB-59 para o PL/GAB-77, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1732, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VITORINO LANHI, matrícula nº 7822, de PL/GAB-58 para o PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Valduga).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1733, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora LARISSA NERES BALDISSARELLI, matrícula nº 8015, de PL/GAB-19 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 03 de Junho de 2015 (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1734, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARLENE SALETE FACCIN PEREIRA, matrícula nº 2006, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1735, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de

1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**DESIGNAR** a servidora **BERNARDETE CARLESSI**, matrícula nº 1558, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria técnica-administrativa - Pesquisa e Arquivamento de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES, que se encontra substituindo a Chefe de Seção - Controle e Manutenção do Banco de Dados da Legislação por noventa dias, a contar de 03 de maio de 2015 (DL - Coordenadoria de Documentação).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1736, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2810/2015,

**RESOLVE:**

**ALTERAR** nos assentamentos funcionais, o nome da servidora ELISABETE VALQUIRIA WERNER, matrícula nº 8023, fazendo constar como sendo **ELISABETE VALQUIRIA WERNER QUANDT**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório Meyer/Joinville-SC.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1737, de 8 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **JERO DOS PASSOS ESPINDOLA**, matrícula nº 1424, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 1º de junho de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1738, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que a servidora abaixo relacionada exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 3 de junho de 2015.

**Gab Dep Serafim Venzon**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7020	ANA MARIA LEAL DA VEIGA	TIJUCAS

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1739, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **RICARDO PINHEIRO**, matrícula nº 7151, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1740, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, consolidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, consolidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**ART. 1º - DESIGNAR** o servidor **SAMIR MACHADO**, matrícula nº 2198, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função Assessoria Técnica-Consultoria, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ARMANDO JOSE MULLER, que se encontra em licença-prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 8 de junho de 2015 (MD - Consultoria Legislativa).

**ART. 2º -** Por ter estabilizado Função de Confiança, deverá fazer opção pois o benefício não é cumulativo.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1741, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora LISSANDRA DUWE PASETTO, matrícula nº 3001, de PL/GAB-85 para o PL/GAB-95, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Junho de 2015 (Gab Dep Romildo Titon).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1742, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **RITA MARIA GUIMARÃES PEREIRA**, matrícula nº 7278, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Manoel Mota).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1743, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor HENRIQUE SANTOS DA SILVA, matrícula nº 5306, de PL/GAB-82 para o PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Manoel Mota).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1744, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MARIA APARECIDA DE BRITTOS MOLGARO, matrícula nº 5470, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-75, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 08 de Junho de 2015 (Gab Dep Manoel Mota).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1745, de 9 de junho de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR JOSE REZENDE**, matrícula nº 2572, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota - Criciúma).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 0205.1/2015**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de automóveis plantarem uma árvore para cada veículo vendido.

Art. 1º As concessionárias de automóveis, localizadas no Estado de Santa Catarina, ficam obrigadas a plantar uma árvore para cada veículo novo vendido, a fim de compensar a emissão de gás carbônico lançado na atmosfera.

§ 1º As árvores podem ser plantadas em áreas de preservação ambiental administradas pelo Poder Público, tais como parques, reservas biológicas, áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, bem como em áreas de propriedade particular, todas localizadas no âmbito do território do Estado de Santa Catarina.

§ 2º A espécie da árvore deve ser condizente com o ecossistema onde será plantada, sendo proibido o plantio de árvores exóticas.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03/06/15

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/15

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta legislativa tem por objetivo compensar a emissão de gás carbônico lançado na atmosfera, obrigando as concessionárias de veículos automotores a plantar uma árvore nativa para cada veículo vendido.

Os veículos automotores são os maiores responsáveis pela emissão de poluentes, por isso, as concessionárias têm de dar sua contribuição ambiental, de modo a neutralizar esses gases emitidos.

Ainda, importante ressaltar que as árvores podem ser plantadas em áreas de preservação ambiental administradas pelo Poder Público, como parques estaduais, reservas biológicas, áreas de preservação ambientais e estações ecológicas.

A proposição proíbe o plantio de árvore exótica, pois, hoje, a maior parte das árvores presentes nas nossas calçadas e áreas verdes é constituída por espécies exóticas, algumas consideradas invasoras devido ao seu comportamento agressivo e competitivo que, não raro,

resulta na eliminação de espécies nativas. Prova disso é que a invasão de espécies exóticas em um determinado ambiente é a 2ª maior causa da perda de biodiversidade no planeta.

Não bastasse, as espécies invasoras produzem mudanças nas cadeias tróficas, na estrutura, nos processos evolutivos, na dominância, na distribuição da biomassa e nas funções de um dado ecossistema, provocando, também, alterações nas propriedades ecológicas do solo e na ciclagem de nutrientes.

Por fim, essas espécies podem produzir híbridos ao cruzar com nativas e eliminar genótipos originais, ocupando o espaço de espécies nativas e levando-as a diminuir em abundância e extensão geográfica, aumentando os riscos de extinção de populações locais.

Com o propósito de proteger, de forma consciente e responsável, o meio ambiente, solicito aos nobres Pares a aprovação da presente medida legislativa.

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI PL./0206.2/2015

Dispõe sobre a divulgação de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos, no verso dos recibos de pagamento de pedágio emitidos pelas empresas concessionárias de rodovias no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º As empresas concessionárias de rodovias no Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a promover a divulgação de fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos, com seus respectivos nomes e números telefônicos para comunicação do paradeiro, no verso dos recibos de pagamento de pedágio que emitem.

Art. 2º Para obtenção das fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, as concessionárias mencionadas no art. 1º poderão articular-se com os seguintes organismos:

I - Varas da Infância e da Juventude;

II - Conselhos Tutelares;

III - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/SC);

IV - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; e

V - Organizações Não Governamentais (ONGs) ou fundações, legalmente constituídas, cuja finalidade estatutária seja localizar crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 3º As concessionárias mencionadas no art. 1º terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para promover a divulgação de que trata esta Lei, contados da sua publicação.

Art. 4º Transcorrido o prazo previsto no art. 3º, a concessionária que descumprir esta Lei ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na primeira autuação, pela autoridade competente; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, dobrada no caso de reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei na forma do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gean Loureiro

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/15

#### JUSTIFICATIVA

A presente medida legislativa dispõe sobre a exibição de fotografias de crianças e adolescentes desaparecidos, no verso dos recibos de pagamento de pedágio emitidos pelas empresas concessionárias de rodovias no Estado de Santa Catarina.

Estima-se que, todos os anos, mais de 200 mil pessoas desaparecem no Brasil, sendo que o número de crianças e adolescentes desaparecidos pode chegar a 40 mil. Dos casos registrados, um percentual de 10 a 15% permanecem sem solução por um longo período de tempo ou jamais são resolvidos.

As causas desses desaparecimentos são: estupro, fuga, em decorrência de maus-tratos por parte dos pais, prostituição, tráfico de drogas, venda e comércio de pessoas, mendicância, tráfico de órgãos humanos, dependência química, dentre outras.

Esse grave problema, que tanto aflige as famílias que o vivenciam, carece de iniciativas que o enfrentem.

Destarte, necessário se faz, também, a contribuição das empresas concessionárias de rodovias no sentido de divulgar as informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

Finalmente, importante ressaltar que o caput do art. 227 da Constituição Federal, assim prevê:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em face do exposto, por se tratar de questão de relevante interesse público, conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta proposição.

Deputado Gean Loureiro

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 207.3/2015

Altera o art. 274 da Lei nº 14.675, de 2009, que "Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências", para regular o prazo de expedição das licenças de instalação de infraestrutura de suporte de telecomunicações em área urbana.

Art. 1º Fica acrescido o § 3º ao art. 274 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 274.....  
.....

§ 3º As licenças necessárias para a instalação de infraestrutura de suporte de telecomunicações em área urbana serão expedidas no prazo máximo de sessenta (60) dias, a partir da data do requerimento, pelo órgão ambiental competente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Silvío Dreveck

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/15

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa acrescentar o § 3º ao art. 274 da Lei nº 14.675, de 2009, que instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente, para o efeito de que as licenças necessárias para a instalação de infraestrutura de suporte de telecomunicações em área urbana sejam expedidas no prazo máximo de sessenta (60) dias, a partir da data do requerimento.

Importante destacar que a presente proposta tem o condão de adequar a legislação estadual que rege a espécie à Lei federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações.

Com efeito, essa medida visa à harmonização do princípio federativo, além de desburocratizar o processo de licenciamento de antenas de telefonia celular, permitindo a melhoria da capacidade das redes e da qualidade dos sinais.

Nesse afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição.

Deputado Silvío Dreveck

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 0208.4/2015

Institui a Rota Catarinense da Uva e do Vinho.

Art. 1º. Fica instituída a Rota Catarinense da Uva e do Vinho.

Parágrafo Único: A área roteirizada compreende as seguintes regiões produtoras

de uva e vinho:

I - Sul;

II - Serra;

III - Meio Oeste;

IV - Oeste; e

V - Vale.

Art. 3º. A Rota Catarinense da Uva e do Vinho tem por objetivo:

I - incentivar o potencial do enoturismo;

II - impulsionar a produção industrial e artesanal da cadeia vitivinícola;

III - criar oportunidades de emprego e renda;

IV - despertar núcleos de produção em comunidades locais e tradicionais relacionadas à vitivinicultura;

V - fortalecer a agricultura familiar e camponesa;

VI - colaborar na geração de renda visando a permanência das famílias no campo;

VII - estimular a enologia e a formação de técnicos (sommelier - enólogo);

VIII - difundir cursos sobre plantio, escolha do solo, vindima, produção, envelhecimento, engarrafamento, distribuição e venda.

IX - articular e divulgar as atividades festivas durante a colheita da uva, os festivais enogastronômicos, a Mostra do Vinho Catarinense, e os cursos de degustação e harmonização;

X - despertar a realização de novos concursos nacionais e internacionais de vinhos e gastronomia, convenções, seminários, encontros culturais e apresentações artísticas diversificadas;

XI - potencializar a infraestrutura enológica/gastronômica; e

XII - articular ações de conservação e manejo integrado ao turismo enológico.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/15

#### JUSTIFICATIVA

Senhores (as) Deputados (as),

O presente Projeto de Lei, que trago à apreciação de Vossas Excelências, dispõe sobre instituição da Rota Catarinense da Uva e do Vinho em Santa Catarina, compreendendo a roteirização das 05 (cinco) regiões produtoras de uva e vinho: Sul; Serra; Meio Oeste; Oeste e Vale.

Nosso Estado possui um verdadeiro mosaico vitivinicultor, onde se destacam mais de 30 municípios com produção comprovadamente qualificada, se destacando inclusive em concursos e análises nacionais e internacionais do setor.

A Rota Catarinense da Uva e do Vinho tem o objetivo maior de promover este setor de nossa economia, fortalecendo a agricultura familiar e impulsionando a produção industrial, a partir do incentivo do enoturismo, desenvolvendo a infraestrutura ligada à vitivinicultura e à gastronomia, primeiramente. Além disto, entre outros resultados, a aprovação deste Projeto de Lei provocará um efeito dominó em outros setores da economia, em especial a hotelaria e as pequenas e médias agroindústrias, artesãos, núcleos de produção em comunidades locais e tradicionais relacionadas à vitivinicultura; oportunidades de emprego; a diminuição do êxodo rural; o desenvolvimento da pesquisa sobre a uva e o vinho; a difusão de cursos sobre plantio, escolha do solo, vindima, produção, envelhecimento, engarrafamento, distribuição e venda; a maior divulgação das atividades festivas durante a colheita da uva, os festivais enogastronômicos, os cursos de degustação e harmonização, além de impulsionar um setor incipiente e que carece de políticas de incentivo, que é o turismo rural.

Conforme a publicação Panorama da Vitivinicultura Brasileira, de 2012, editada pela Embrapa Uva e Vinho, Santa Catarina ocupa a quarta posição na produção de uvas do País (70.909 toneladas em 2012), e a segunda posição na produção de vinhos. Dados da Superintendência Federal da Agricultura do Estado apontam uma produção de 21,18 milhões de litros de vinhos.

Portanto, o presente projeto de lei pretende ampliar o incremento promocional em torno da uva, do vinho e do suco de uva integral em Santa Catarina, valorizando ainda mais toda cadeia produtiva ligada ao setor vitivinícola.

Em Santa Catarina, que abriga no município de Tangará o Museu do Vinho, guardando a saga da uva e do vinho no Brasil, possuímos ainda uma legislação aquém da realidade do potencial vitivinicultor: Lei nº 14.711, de 03/06/09, de autoria deste Deputado, que institui o Dia Estadual do Vinho; Lei nº. 16.154, de 29/10/13, de autoria do Deputado Manoel Motta, que declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado a Festa do Vinho Goethe dos Municípios de Pedras Grandes e Urussanga; Lei nº 14.997, de 21/12/09, de autoria do Deputado Reno Caramori, que reconhece o Município de Palmitos como Capital do Vinho Colonial; Lei nº 14.389, de 18/03/08, de autoria do Deputado Décio Góes, que denomina Vales da Uva Goethe a Região compreendida entre os Municípios de Urussanga, Pedras Grandes, Morro da Fumaça, Içara e Nova Veneza; Lei nº 12.398/02, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que reconhece o Município de Urussanga como a Capital do Bom Vinho; e Lei nº 12.145, de 05 de abril de 2002, de autoria do Deputado Cesar Souza, que reconhece o município de Pinheiro Preto como capital Catarinense do Vinho; Lei nº 12.476/2002, de 11 de dezembro de 2002, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que reconhece o município de Videira como Capital Catarinense da Uva. E ainda se encontra tramitando nesta Casa o PL nº 31.8/2015, de autoria do Deputado Natalino Lázare, que institui o Dia Estadual dos Produtores de Uvas e Vinhos.

Relato ainda a Vossas Excelências, a título de grata e interessante experiência, que por ocasião da Lei nº 14.711/2009, nosso mandato promoveu, com o apoio deste Poder e de diversas Prefeituras Municipais e vinícolas, a I Mostra do Vinho em 2011, onde

reunimos mais de 200 pessoas, que participaram do ato comemorativo ao Dia Estadual do Vinho, e mais cerca de 500 pessoas que visitaram os estandes montados no hall da Assembleia Legislativa. A atividade marcou a abertura simbólica do primeiro barril do vinho produzido em Santa Catarina e foi seguida de uma degustação patrocinada por vinícolas do Estado. Foi a primeira, com mais de duas dezenas de vinícolas. No ano seguinte, veio a II Mostra do Vinho, integrou representantes de todas regiões produtoras. Mais de 30 vinícolas do estado, mais de 200 participantes no ato solene, com abertura do barril e mais de 700 visitantes. No ano de 2013, a III Mostra, que teve oficinas de degustação, palestras e atividades que envolveram a comunidade. Foram mais de 40 vinícolas, de todas as regiões produtoras do Estado, cerca de mil pessoas entre visitantes e participantes de oficinas. Parcerias como a Cresol Tangará, Prefeituras Municipais de Tangará, Nova Trento, Urussanga, Pinheiro Preto, São Joaquim, SINDIVINHO, Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da região de Urussanga (PROGOETHE), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), foram fundamentais para o sucesso do evento. Finalmente, a IV Mostra do Vinho Catarinense em 2014 reuniu agricultores, vitivinicultores, especialistas e representantes do setor, na divulgação da produção do Estado. Foram mais de 40 vinícolas, e três oficinas de degustação, além do I Simpósio Desafios da Cadeia Vitivinícola em Santa Catarina, que reuniu produtores e especialistas do setor.

O enoturismo, desenvolvido em diversas regiões do mundo e no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, tem forte potencial para ampliar o turismo, é uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento econômico e social de regiões vitivinícolas. Como outros segmentos, o enoturismo necessita de uma infraestrutura de apoio, principalmente de alimentação e hospedagem. O Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, é referência para o País. O fluxo de pessoas aos municípios com enoturismo desenvolvido promove o consumo e a divulgação não apenas do vinho, mas de outros produtos das regiões, e também de suas culturas.

Em diferentes regiões vitivinícolas do mundo o enoturismo é concretizado através das Rotas de Vinho. O fenômeno torna a atividade mais organizada e competitiva, sinônimo de desenvolvimento regional. A Rota do Vinho caracteriza-se por ser uma forma de articulação da vitivinicultura com outras atividades, com destaque para o aproveitamento turístico do ambiente rural.

Essas, portanto, são algumas das razões pelas quais apresentamos a presente proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 209.5/2015

Acrescenta Parágrafo único ao artigo 4º da Lei nº 14.262 de 21 de dezembro de 2007, que "Dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviço Ambientais", para apresentar os Municípios de Santa Catarina do pagamento das Taxas referentes o licenciamento para a instalação e manutenção de cemitérios.

Art. 1º Fica acrescido o parágrafo único do artigo 4º da lei nº 14.262, de dezembro de 2007, com a seguinte redação:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. Os municípios do Estado de Santa Catarina ficam isentos do pagamento das taxas referentes às etapas do licenciamento ambiental referentes à instalação e manutenção de cemitérios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Renumerem-se os artigos e parágrafos posteriores.

Sala das Sessões, em 09/06/15

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 09/06/15

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem por finalidade acabar a grande dificuldade de Prefeitos de Santa Catarina, quando se deparam com os altos custos para a instalação e manutenção dos cemitérios públicos, serviço essencial a população.

Prefeitos do Estado tem reivindicado tal isenção ao Governo do Estado, no entanto, até o momento não houve protocolização de tal iniciativa nesta Casa.

Assim, visa a presente matéria propor a isenção das taxas insculpidas na Lei Estadual nº 14.262 de dezembro de 2007, no que tange a instalação e manutenção de cemitérios.

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*